

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Estudantes defendem 10% do PIB para a educação

09/08/2011

O debate foi promovido pela Comissão de Direitos Humanos e pela União Nacional dos Estudantes. Deputados, estudantes e especialistas defenderam hoje a aplicação de pelo menos 10% do PIB em educação no País. Hoje, são investidos na área o equivalente a cerca de 5% do PIB. Um projeto do governo que tramita na Câmara (Plano Nacional de Educação – PL 8035/10) prevê o aumento dessas verbas para 7% até 2020.

Para o presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão consultivo ligado ao Ministério da Educação, Antonio Carlos Caruso Ronca, o aumento dos recursos é necessário principalmente para a melhoria da qualidade da educação. “Tivemos muitos avanços nos últimos anos, mas ainda temos pendências. A situação hoje é complicada, por exemplo, quanto à remuneração de professores e ao auxílio técnico às escolas”, argumentou.

A defesa dos 10% foi feita durante debate sobre o tema promovido pela Comissão de Direitos Humanos e pela UNE. No encontro, tomou posse a nova diretoria da UNE. O novo presidente da entidade, Daniel Iliescu, defendeu a ampliação. “Esse é o tipo de investimento mais eficaz para democratizar o País e construir uma nação realmente a serviço de sua população”, afirmou.

Apesar dos apelos para o aumento dos recursos previstos para a educação, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, que também participou do debate de hoje, reafirmou a posição do governo de aumentar de 5% para 7% do PIB as verbas investidas na área. “Este é o momento de termos extremo cuidado com toda a questão fiscal e prudência para não assumirmos compromissos que talvez não possamos cumprir”, disse.

Segundo Carvalho, contudo, a depender da futura conjuntura econômica do País, esse valor poderá ser alterado. “A gente tem clareza da importância da educação e das suas necessidades e nada impede que, no futuro, o governo possa mudar a sua posição”, acrescentou.

A proposta do Plano Nacional de Educação está em análise por uma comissão especial da Câmara e já recebeu quase três mil emendas. O relator da proposta, deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), deverá apresentar um substitutivo ao texto no próximo mês de setembro. Segundo o

presidente do colegiado, deputado Gastão Vieira (PMDB-MA), a proposta deverá ser votada até o final deste ano. Após essa etapa, o texto seguirá para o Plenário.